

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
BILINGUAL EDUCATION IN CHILD EDUCATION

Flavia Queiroz HOEXTER
(Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da
PUC-SP / COGEAE)
flaviahoexter@yahoo.com.br

RESUMO

O número de escolas bilíngues está aumentando em todas as regiões do Brasil. Contudo, até o momento não existe uma legislação que regule essas escolas a nível nacional. Muitos pais matriculam seus filhos em escolas que se intitulam bilíngues, desde a Educação Infantil, e o que recebem é a intensificação de um segundo idioma e não uma formação bilíngue. O objetivo deste estudo foi abordar a educação bilíngue na Educação Infantil, com ênfase nas diferenças entre as escolas bilíngues. O estudo foi baseado em uma revisão de literatura sobre o tema. Concluiu-se que a implementação de uma legislação nacional que regule as escolas bilíngues de Educação Infantil e seu currículo é urgente no Brasil, e possibilitaria a eliminação de escolas que apenas intensificam um segundo idioma.

PALAVRAS-CHAVE: Bilinguismo, Educação Bilíngue, Legislação.

ABSTRACT

The number of bilingual schools is increasing in all regions in Brazil. Nonetheless, up to the present time, there are no legislations that regulate these schools at national level. Many parents enroll their children in so called bilingual schools since pre-school and what they get is a second language intensive training rather than bilingual education. The objective of this study was to discuss bilingual education in pre-schools, emphasizing differences amongst bilingual schools. The study was based on a literature review on the theme. We have concluded that the need of implementing a legislation at national level that regulate bilingual pre-schools and their curriculum in Brazil is urgent. What's more, it would be possible to rule out schools that only focus on a second language.

KEY WORDS: Bilingualism, Bilingual Education, Legislation.

Introdução

Nas últimas décadas, vivencia-se um intenso processo de mudança devido aos avanços tecnológicos, expansão da Internet, redes sociais, globalização, mudanças nos padrões de emprego, entre outros. Todos esses fatores influenciam no processo de aquisição do conhecimento. Por um lado, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) proporcionam o conhecimento rápido, basta realizar uma busca na Internet para se obter uma informação. Por outro, a dinâmica do mercado de trabalho mudou, e as pessoas precisam manter sua empregabilidade, aumentando suas competências e habilidades.

Neste contexto, o domínio de outros idiomas pode favorecer o indivíduo, colocando-o em vantagem em relação àqueles que falam apenas um idioma. Atualmente, a importância de se conhecer outro idioma não está limitada ao mercado de trabalho, mas a diversas áreas da vida. Este cenário tem levado os indivíduos a buscarem maiores conhecimentos sobre outros idiomas e muitos pais passaram a optar por escolas bilíngues.

No Brasil, as escolas bilíngues estão proliferando. Dados da Revista Exame demonstram que algumas franquias tiveram um crescimento de 63% em 2016 (REVISTA EXAME, 2017). Atualmente, não existe uma regulamentação específica para a definição de uma escola bilíngue. Mas, de modo geral, a proposta pedagógica dessas escolas é o uso da segunda língua (Inglês, Japonês, Alemão, etc.) para o ensino dos conteúdos das diversas disciplinas do currículo estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC). Os conteúdos curriculares são trabalhados de modo integrado com outras disciplinas possibilitando que o aluno adquira uma segunda língua.

Em um sentido amplo, o termo educação bilíngue se refere ao uso de duas línguas como meio de instruções em sala de aula de conteúdos curriculares específicos (MARGANA, 2009). As duas línguas incluem o idioma principal do país, denominado como a primeira língua e outro idioma, denominado como segunda língua.

Estudos que justificam a importância da educação bilíngue afirmam que o uso de duas línguas, fornecidas pelo programa de educação bilíngue, favorece a aprendizagem e estabelece sistemas de tradução automática no cérebro dos aprendentes (ROMAINE, 1995). May et al. (2004) defendem que a educação bilíngue apresenta vantagens por utilizar a primeira e a segunda línguas como dispositivos das instruções de sala de aula, de conteúdos selecionados, que existem em um currículo de qualquer nível escolar. Baker e Prys-Jones (1998) acrescentam que a educação bilíngue está relacionada a uma política de uso da primeira língua e da língua-alvo como meio de instrução em sala de aula de alguns conteúdos, que incluem Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Exatas e Ciências Humanas.

O Parecer 18/08 da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo (SP) estabelece que uma escola bilíngue deve apresentar uma proposta pedagógica que inclua o Português em 60% de sua carga horária e que a segunda língua ocupe mais de 25% da carga horária.

Este estudo pretende abordar a educação bilíngue na Educação Infantil, com ênfase nas diferenças entre as escolas bilíngues.

Esta pesquisa se justifica pela importância atual em se aprender uma segunda língua e, também, devido ao aumento das escolas bilíngues em todo o país, apesar de ainda não haver uma regulamentação específica para elas. Deste modo, torna-se interessante conhecer a proposta da educação bilíngue e os conteúdos que justificam essa proposta de ensino-aprendizagem.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, baseada em uma revisão de literatura sobre o tema.

1. A educação bilíngue

A educação bilíngue apresenta-se como a possibilidade de desenvolvimento de uma segunda língua (Inglês, Alemão, etc.) além da primeira língua, neste caso, o Português. Importante salientar que a educação bilíngue não é ensino de idiomas, mas o uso de uma outra língua

para se desenvolver saberes, o que a diferencia de institutos de idiomas. Uma escola bilíngue deve, antes de tudo, ser uma escola.

Antes de abordar a educação bilíngue, é importante conhecer o conceito de bilinguismo. De modo geral, o bilinguismo é compreendido como o domínio de dois idiomas. De acordo com alguns autores, o bilinguismo é:

- Baseado na competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma segunda língua (MEGALE, 2005).
- A capacidade adquirida de utilizar duas línguas alternativamente para comunicação escrita, verbal e oral, incluindo a habilidade em diversas atividades cotidianas (APPEL; MUYSKEN, 1992).
- A capacidade de alternar “entre línguas, considerando-se as condições, os objetivos e o contexto social da alternância” (FERREIRA, 2009, p. 205).
- A “habilidade de expressão oral ou escrita em duas línguas diferentes” (MENDONÇA; FLEITH, 2005, p. 60).

Neste trabalho, ao abordar o contexto de escolas bilíngues, assumirei que o bilinguismo compreende a habilidade de compreensão e expressão oral e escrita em duas línguas. O resultado satisfatório de uma educação bilíngue deveria proporcionar ao aprendiz a habilidade de se comunicar (falar, ouvir, ler e escrever) em um segundo idioma, abrangendo também os aspectos culturais da segunda língua.

Em vez da noção simplificada de bilinguismo, baseada apenas na habilidade de comunicação em dois idiomas, alguns estudos argumentam que a educação bilíngue deve ser baseada em indicadores específicos, que garantam ao aluno a habilidade efetiva de comunicação e compreensão de um segundo idioma.

Krashen (1991) afirmou que a educação bilíngue deve ser considerada um programa devidamente organizado que fornece ao aluno:

- Ensino de conteúdos curriculares na primeira língua, sem tradução, de modo que a instrução do conteúdo na segunda língua seja facilmente compreensível.
- O desenvolvimento da alfabetização na primeira língua.
- O domínio da segunda língua. Não se trata apenas de identificar ou traduzir palavras em um segundo idioma, mas sim, da habilidade de se comunicar e realizar atividades cotidianas a partir do domínio do segundo idioma.

Segundo o inatismo, a aprendizagem da primeira língua ocorre por meios biológicos e naturais, pois a criança aprende a língua materna a partir do contato com as pessoas com quem convive em sua rotina diária. O aprendizado da segunda língua ocorre de forma similar. Berché (1998) observou que a aprendizagem da segunda língua necessita de interação plena para o desenvolvimento. A introdução da criança em um ambiente estimulante, que possibilite o contato precoce com dois idiomas (a primeira e segunda língua), pode ser considerada uma forma de facilitar o domínio 'natural' desses idiomas.

Os programas de educação bilíngue podem ser considerados de diferentes formas. Não existe um consenso na literatura sobre qual a metodologia mais adequada para o ensino da segunda língua. De acordo com Appel e Muysken (1992), em relação ao currículo, os dois idiomas podem ser utilizados simultaneamente para a apresentação das disciplinas, ou apenas em alguns estágios, ou ainda, apenas para a comunicação em sala de aula, ou seja, existem vários métodos para o ensino do segundo idioma. Essas diferenças sobre as metodologias de ensino bilíngue também se refletem na diversificação de definições encontradas sobre o termo "Educação Bilíngue".

Por exemplo, se em uma escola o ensino do segundo idioma é limitado ao mínimo necessário de 25% da carga horária como determina o Parecer 18/08 da SME/SP e em outra a segunda língua atinge 40% da carga horária, ambas as escolas são consideradas bilíngues.

A classificação do ensino bilíngue é defendida por Megale (2005, p. 6-8), a partir da definição de pelo menos três pilares fundamentais: a intensidade de exposição ao novo idioma, o objetivo do ensino e o *status* dessa língua. No que se refere à intensidade de exposição ao idioma, a autora descreve quatro tipos de ensinamentos:

- i. Bilinguismo Transicional: A língua materna é iniciada como facilitador na transição para a segunda língua (L2);
- ii. Bilinguismo monoletorado: as duas línguas são utilizadas durante as atividades escolares cotidianas, mas a alfabetização ocorre apenas na segunda língua;
- iii. Bilinguismo parcial biletorado: as duas línguas são utilizadas para escrita e para comunicação na vivência escolar. No que se refere ao ensino das disciplinas, a língua materna (L1) é utilizada em matérias culturais, e a L2 é a língua de escolha para as demais disciplinas;
- iv. Bilinguismo total biletorado: os dois idiomas são usados simultaneamente buscando desenvolver todas as habilidades em todos os domínios.

Freeman (1998) afirma que a ideia básica da educação bilíngue é a utilização de duas línguas para a instrução dos aprendizes. Mejía (2002) relata que há grande diferenciação entre a educação bilíngue de fato e a intensificação no ensino do segundo idioma. Esta assertiva corrobora a visão defendida neste estudo, de que não basta que uma escola se intitule como bilíngue, é preciso que ela ofereça aos alunos a educação bilíngue de fato e não apenas a intensificação no ensino de um segundo idioma.

2. Escola bilíngue *versus* escola internacional

A escola bilíngue difere da escola internacional. A escola bilíngue trabalha os conteúdos curriculares estabelecidos pelo MEC na primeira e na segunda língua.

A proposta da escola bilíngue é ensinar o Currículo Nacional, proposto pelo MEC, além de promover o ensino de um segundo idioma. Assim, a criança aprende uma segunda língua ao mesmo tempo em que aprende os conteúdos curriculares estabelecidos pelo MEC.

De acordo com a Organização das Escolas Bilíngues de São Paulo (OEBI, 2017), as escolas bilíngues devem ter uma carga horária mínima em outro idioma (75% no ensino infantil, 1/3 no Ensino Fundamental e 1/4 no Ensino Médio).

A escola internacional, por sua vez, trabalha os conteúdos curriculares estabelecidos pelo seu país de origem. Por exemplo, uma escola internacional dos Estados Unidos da América (EUA) trabalha o currículo de seu país de origem, todo o conteúdo é apresentado em inglês, o Português é considerado como uma língua estrangeira. A escola internacional não utiliza o currículo estabelecido pelo MEC, nem segue suas diretrizes pedagógicas (OEBI, 2017), e seu calendário, comumente, nem segue o início do ano letivo brasileiro.

3. Concepções de aprendizagem na educação bilíngue

A aprendizagem é descrita por Wode (1998) como um processo de interação entre o meio ambiente, as estruturas mentais e as experiências vivenciadas pelo indivíduo. Esse conceito é baseado na teoria de aprendizagem de Vygotsky. Sobre a aprendizagem de uma nova língua, Cenoz e Perales (2000, p. 109) afirmam que:

Neste complexo processo de aquisição de segundas línguas intervêm direta ou indiretamente um grande número de variáveis individuais e contextuais que também podem estar relacionadas entre si. Além do mais, a aquisição de segundas línguas apresenta uma grande diversidade no que se refere às condições em que tem lugar e seus objetivos (CENOZ; PERALES, 2000, p. 109).

A segunda língua pode ser aprendida a partir da vivência e do contato social do indivíduo com os falantes nativos do idioma, ou ainda, por meio do ensino formal, como ocorre nas escolas bilíngues.

De acordo com Margana (2009), o ensino de uma segunda língua pode ser realizado das seguintes formas:

- i. Submersão: este modelo acentua o uso exclusivo da segunda língua no processo de ensino-aprendizagem. Isso implica que os professores bilíngues têm de utilizar a segunda língua nas comunicações de sala de aula. O uso da primeira língua é proibido porque pode atrasar o domínio dos sujeitos sobre o segundo idioma.
- ii. Imersão estruturada: este modelo oferece a integração do sujeito com a segunda língua e os outros assuntos que são tratados por professores nativos que promovem o ensino do segundo idioma. Este modelo deve dar ênfase à colaboração entre professores e aprendizes bilíngues, pois requer o padrão abrangente do conteúdo a ser aprendido, usando um modelo específico baseado na apresentação de conteúdos por intermédio de mídias, textos e outros materiais didáticos que visam facilitar a compreensão dos alunos.
- iii. Modelo transitório: este modelo tolera o uso da primeira língua como meio de comunicação em sala de aula quando os alunos têm insuficiência do idioma alvo (segunda língua). Em consonância com o desenvolvimento da capacidade no segundo idioma, seu uso passa a ser predominante no processo de ensino-aprendizagem.
 - a. Modelo de imersão: este modelo dá ênfase ao enriquecimento destinado a lidar com o estabelecimento do bilinguismo por parte dos alunos. Este modelo consiste em oito características que incluem: a) o uso da segunda língua como meio de interação da sala de aula ao lado da primeira língua; b) o uso da primeira língua para a aprendizagem dos conteúdos curriculares; c) a tolerância do uso das interações em sala de aula na primeira língua; d) o estabelecimento de aditivos bilíngues; e) emprego

do contexto de classe para fazer a percepção dos idiomas, facilitando a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos nos dois idiomas – primeira e segunda língua; f) proficiência semelhante à segunda língua dos aprendentes; h) estabelecimento da cultura local em sala de aula; e i) capacidade/habilidade suficiente tanto na primeira como na segunda língua por parte dos professores bilíngues.

- iv. Manutenção da linguagem de desenvolvimento e tradicional: este modelo oferece o uso de três idiomas, nomeadamente, a língua materna, o primeiro idioma e a língua alvo. Os professores bilíngues são encorajados a usar o idioma alvo, mas eles têm que usar a língua materna e o primeiro idioma sempre que necessário.
- v. Imersão em duas vias: este modelo envolve falantes nativos na segunda língua e falantes nativos na primeira língua, que atuam como professores bilíngues. Este modelo destina-se a facilitar que os alunos adquiram a segunda língua e a primeira língua, já que eles têm diferentes idiomas.

O modelo de imersão pode ser considerado como o mais utilizado pelas escolas bilíngues na Educação Infantil, uma vez que essas escolas têm como objetivo o ensino da segunda língua ao lado do ensino de conteúdos curriculares baseados na primeira língua.

Como vantagem da educação bilíngue, Romaine (1995) afirma que o programa bilíngue defende o uso de duas línguas no processo de ensino e aprendizagem, portanto, fortalece o conceito das duas línguas e constrói um sistema de tradução automática.

4. O sistema educacional e a legislação das escolas bilíngues de educação infantil no Brasil

O objetivo desta seção é apresentar o contexto da formação do sujeito nas escolas bilíngues, o sistema educacional dessas escolas e a legislação para sua regulamentação.

4.1 Formação do sujeito no contexto da escola bilíngue

Um aluno bilíngue, em sentido amplo, é aquele que usa seu primeiro idioma (L1) na comunidade, em casa, e está aprendendo através de um segundo idioma (L2), por exemplo, o inglês. Sua aprendizagem pode ter lugar em uma variedade de contextos educacionais por intermédio do L2 (CIE, 2017). No Brasil, são considerados alunos bilíngues aqueles que participam de programas de educação bilíngues.

A educação bilíngue pode se referir ao uso de duas ou mais línguas como meio de instrução para assuntos de conteúdo curricular como Ciência, História e outras disciplinas.

O conteúdo das disciplinas e a linguagem estão inextricavelmente ligados. Os alunos não podem desenvolver conhecimentos e habilidades acadêmicas sem acesso à linguagem em que esse conhecimento é incorporado, discutido, construído ou avaliado. Também não podem adquirir habilidades de linguagem acadêmica em um contexto desprovido de conteúdo acadêmico. Assim, o uso de L2 para a aprendizagem de conteúdos acadêmicos facilita a aquisição de uma segunda língua pelos alunos (CIE, 2017).

Os assuntos curriculares apresentados por intermédio de L2 podem concentrar a atenção do aluno e aumentar a sua motivação para a aprendizagem.

De acordo com Mehisto (2012), na educação bilíngue para aprendizagem de L2 os alunos podem: atingir os mesmos níveis de realização acadêmica, e os mesmos níveis de proficiência em L1, que os

alunos que são educados apenas em L1; desenvolver a mesma apreciação e compreensão de sua cultura relacionada a L1 como alunos que estudam apenas em L1 e podem desenvolver uma maior compreensão da cultura relacionada a L2; atingir níveis muito avançados de proficiência funcional em L2.

A aprendizagem de uma segunda língua na Educação Infantil pode contribuir para a familiarização da criança não apenas com L2, mas, também com a cultura daquele país, sem prejudicá-la na aquisição de conteúdo em sua primeira língua.

A educação bilíngue permite a formação do sujeito em seu primeiro idioma, ao lado de um segundo idioma global, como o inglês, por exemplo. Além disso, um número crescente de evidências (MEHISTO, 2012) sugere que existem benefícios potenciais para indivíduos, escolas e sociedades em serem bilíngues: maior flexibilidade mental; melhores habilidades interculturais; aumento das oportunidades de troca e comércio global.

A formação do sujeito, voltada para a cidadania, deve fazer parte da Educação Infantil, seja em escolas tradicionais ou em escolas bilíngues. No contexto do bilinguismo, a cultura da L2 também é considerada importante, por isso ela também é implementada no conteúdo curricular, sem sobrepor ou diminuir a aprendizagem da cultura relacionada a L1.

4.2 O sistema educacional e a legislação das escolas bilíngues de Educação Infantil no Brasil

A educação bilíngue consiste na aprendizagem de duas línguas. Entretanto, algumas escolas promovem apenas a intensificação de um segundo idioma, nos moldes de língua estrangeira como fim, e não como meio, e não a aprendizagem efetiva por parte dos alunos.

Segundo Mejía (2002), muitas escolas que se denominam bilíngues apenas enfatizam o ensino do segundo idioma. Mas, isto não é suficiente para caracterizar uma educação bilíngue. Nesse mesmo sentido, Cozendey et al. (2013) afirmaram que a educação bilíngue deve associar os mais

diversos conteúdos didáticos ao trabalho com a língua. A segunda língua tem que ser considerada como uma ferramenta para o estudo de outros conteúdos.

De acordo com Marcelino (2009), o desenvolvimento do bilinguismo no Brasil é resultado direto de uma maior demanda mercadológica, que em grande parte se deve à pressão exercida por pais de alunos de escolas regulares. Segundo os padrões de ensino praticados no Brasil, o autor afirma que o aluno bilíngue formado em escolas dessa modalidade no país terá “algum nível de proficiência nas quatro habilidades”, ou seja, conseguirá falar, ler, ouvir e interpretar em graus variados o segundo idioma. Na classificação realizada por Marcelino, os bilíngues simultâneos, que “crescem em contato com as duas línguas desde a primeira infância” terão maior êxito na aprendizagem do segundo idioma. É com base nesta teoria que o referido autor acredita que a cada dia mais pais buscam o ensino bilíngue no país, já na Educação Infantil. Ao optar por inserir os filhos no contexto bilíngue, os pais “[...]veem nas escolas bilíngues a comodidade perfeita para se conseguir duas funções tão importantes e necessárias na educação de seus filhos: uma educação de qualidade e o ensino de um idioma.” (MARCELINO, 2009, p.2). Muitos pais acreditam que a escola bilíngue pode oferecer uma formação mais completa do que a ofertada pelas escolas tradicionais, pois a criança estaria imersa em um segundo idioma e, conseqüentemente, em uma segunda cultura. Levando-se em conta que o conhecimento do idioma inglês, por exemplo, tem se tornado cada vez mais importante para as relações sociais e de trabalho, a aquisição de um segundo idioma já na infância traria vantagens para a criança na vida adulta.

Gresele et. al. (2013) afirmam que existem dois tipos fundamentais de bilinguismo, o *simultâneo*, ou seja, em que há exposição precoce do indivíduo a duas línguas e em diferentes ambientes e o *sucessivo*, em que a aquisição da segunda língua se processa mais tardiamente, após o domínio da língua materna. Os autores relatam ainda que por muitos anos

o bilinguismo foi considerado “prejudicial ao desenvolvimento cognitivo, linguístico e educacional”.

Os defensores de tal ideia afirmavam que o contraste entre diferentes regras semânticas, pronúncias e pormenores linguísticos acabava por influenciar negativamente o desenvolvimento neurolinguístico. Contudo, com o avanço tecnológico e a realização de novos estudos, verificou-se que os sujeitos bilíngues apresentam uma série de vantagens quando comparados aos monolíngues, como melhores habilidades verbais e não verbais, benefícios relacionados às tarefas metalinguísticas, melhor capacidade cognitiva, maior memória e atenção, além de “possíveis alterações cerebrais estruturais, funcionais e de lateralização” (GRESELE et. al., 2013).

No Brasil, as escolas de Educação Infantil bilíngue, mesmo que afirmem optar, por exemplo, pelo sistema de imersão, o fazem de formas diversas. Um estudo realizado por Hoexter (2015) com quatro gestores de escolas bilíngues, com aprendizagem do Inglês como segunda língua, de Educação Infantil no município de São Paulo, no ano de 2015, possibilitou a elaboração do quadro 1, no qual é possível observar o panorama metodológico adotado pelas escolas bilíngues no Brasil e idade de início de ensino das mesmas.

Quadro 1: Metodologias do ensino bilíngue

Gestor	Início do ensino	Metodologia	Particularidades
G1	18 meses de idade	Imersão	Até 4 anos imersão L. Inglesa. Após 4 anos imersão L. Portuguesa + 2horas diárias de inglês.
G2	18 meses de idade	Contato Intensivo	Educação Infantil: contato intensivo L. Inglesa. Ensino Fundamental e médio: conteúdos e disciplinas em inglês + preparação para exames de Cambridge.
G3	02 anos de idade	Imersão	Até 4 anos imersão L. Inglesa. Após 4 anos, maior contato com a L. Portuguesa.

Gestor	Início do ensino	Metodologia	Particularidades
G4	18 meses de idade	Imersão	Imersão L. Inglesa até 3 anos. Formalização da leitura e escrita nos dois idiomas.

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2015.

Os gestores participantes da referida pesquisa afirmaram que as crianças permanecem por um período imersas apenas na língua inglesa e, posteriormente, passam a ter contato com a língua portuguesa. Isso ocorre por uma exigência do Ministério da Educação de que a língua portuguesa, a partir da Educação Infantil, deve ser de pelo menos 60%, enquanto a segunda língua deve ser no mínimo 25%.

Uma das dificuldades em trabalhar apenas com a língua inglesa é que as famílias das crianças nem sempre são bilíngues. As escolas participantes das pesquisas são escolas bilíngues de Inglês, mas a situação mais típica em sala de aula para as crianças é que suas famílias não são bilíngues e o idioma inglês não é praticado em casa. As crianças compartilham o idioma inglês na escola, na interação com outras crianças e com os professores.

Deste modo, a criança vive uma realidade na escola – falando apenas um idioma, a segunda língua – e outra em sua casa, falando apenas o idioma português. Esse é um dos motivos que leva o Ministério da Educação a exigir que se trabalhe os dois idiomas, o Português (língua mãe) e o segundo idioma, devendo a escola bilíngue trabalhar com, no máximo, 50% de cada idioma.

Mesmo sendo uma escola bilíngue, é preciso seguir o currículo do Ministério da Educação, com as disciplinas apresentadas em idioma português.

Não existe no Brasil uma regulamentação específica para o ensino bilíngue, de modo que cada escola possui o seu próprio projeto pedagógico, contudo, esse projeto deve seguir as orientações do Ministério da Educação para a educação formal – Ensino Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, conforme a caracterização da escola.

Atualmente, com os avanços das tecnologias da informação e comunicação, ocorre uma mistura de culturas e línguas que impacta na vida social. O bilinguismo se tornou importante, uma vez que muitas pessoas são capazes de compreender, falar ou escrever em mais de um idioma. Como resultado, um dos efeitos dessa mudança de paradigma é o crescimento da educação bilíngue e ensino de línguas no Brasil. O município de São Paulo possui uma regulamentação específica para as escolas bilíngues, contudo, ela não fornece um padrão para a regulamentação interna nem para o projeto pedagógico destas escolas. Assim, as escolas bilíngues devem seguir o currículo do Ministério da Educação estabelecido para as escolas tradicionais e incluir o idioma inglês em nível superior a 25% em relação às escolas tradicionais.

Para atuar em uma escola bilíngue, ainda que seja apenas de Educação Infantil, os professores precisam ter formação em Pedagogia e ser especializados nesse idioma, ou seja, precisam ser formados em Letras com especialização em língua inglesa.

A linguagem deve ser acessível e aceita como um instrumento prático para os professores usarem em sua rotina em sala de aula. Como observou Turuk (2008), sobre a teoria de Vygotsky no ensino da segunda língua, a linguagem constitui uma ferramenta social para a comunicação.

A importância da construção de sentido no ato da aprendizagem é um tema fundamental para as escolas bilíngues. Os alunos aumentam suas competências em uma segunda língua quando conseguem dominar as habilidades do idioma. Porém, demasiada concentração apenas em habilidades poderia privar os alunos de se envolverem com os aspectos da alfabetização, construção de sentidos, competências, fluência e flexibilidade para lidar com textos de uma segunda língua como leitores e escritores. Porém, este é um aspecto que os dados obtidos com esta pesquisa não têm como iluminar.

Portanto, nas escolas bilíngues, o ensino da segunda língua deve visar ao desenvolvimento de competências dos alunos para a fala, a leitura e a escrita desse idioma estrangeiro.

No município de São Paulo os pedidos de autorização de funcionamento de escolas de Ensino Fundamental e Médio são regulados pela Deliberação CEE 01/1999.

A regulamentação existente para as escolas bilíngues ainda possibilita que elas atuem de formas variadas, portanto, não existe um projeto pedagógico com parâmetros específicos para estas escolas, possibilitando uma ampla gama de métodos pedagógicos para a educação bilíngue. É necessário que seja estabelecida uma regulamentação por parte do Ministério da Educação, com parâmetros mínimos para a classificação e avaliação da qualidade de uma escola bilíngue no Brasil. É preciso ainda maiores informações sobre o bilinguismo, e o esclarecimento de que o ensino bilíngue constitui o conhecimento de um segundo idioma de fato e não apenas uma intensificação com uma segunda língua. Na verdade, o bilinguismo promovido pela maioria das escolas bilíngues no município de São Paulo funciona como um *plus* optativo, como o Construtivismo, Interacionismo, entre outros.

Conclusão

As escolas bilíngues estão cada vez mais presentes em todas as regiões do Brasil. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de muitos pais buscarem uma formação em um segundo idioma para seus filhos, com o objetivo de torná-los mais bem preparados para o mercado de trabalho global. Assim, muitas crianças iniciam a Educação Infantil em escolas bilíngues.

Até o momento, não existe no Brasil uma legislação específica que regule as escolas bilíngues. No município de São Paulo existe o Parecer 18/2008 da SME, mas, ainda assim, não existe uma padronização para uma proposta pedagógica por parte das escolas bilíngues no município. Desse modo, a idade inicial para ingressar no ensino bilíngue varia de uma escola para outra, assim como a metodologia de ensino adotada por cada escola (vide quadro 1).

A falta de uma regulamentação específica para as escolas bilíngues em todo o Brasil, possibilita que algumas escolas de Educação Infantil se intitulem como bilíngues quando, na verdade, apenas realizam a intensificação de um segundo idioma. É importante deixar claro que uma educação bilíngue consiste na aprendizagem de uma segunda língua, inclusive da cultura do país de origem da L2 e não apenas na intensificação de um segundo idioma.

O objetivo de uma escola bilíngue é desenvolver as competências dos alunos para uma segunda língua, sendo que eles devem ser aptos a falar, ler e escrever nesse idioma e não apenas na língua mãe. Para atuar dessa maneira, é preciso que os professores das escolas bilíngues tenham especialização e fluência na segunda língua. Caso contrário, os objetivos de aprendizagem não serão atendidos. Mas esta é uma questão que depende da própria escola e não dos órgãos governamentais, as escolas precisam selecionar os profissionais que preencham os requisitos para o ensino de um segundo idioma.

A falta de especialização dos professores e de uma metodologia adequada para o ensino-aprendizagem da segunda língua pode desenvolver um tipo convergente de pensamento por parte dos alunos, o que irá dificultar suas habilidades para lidar com tarefas que exigem pensamento complexo. Esse fato, por sua vez, poderia prejudicar os alunos a adquirirem as habilidades necessárias para desenvolver as competências para o sucesso em sua vida acadêmica. Portanto, o foco do ensino de uma segunda língua deve estar na construção do sentido pela qual os alunos seriam capazes de assimilar, internalizar e integrar as novas informações com as informações que eles já possuem e, assim, compreender melhor o contexto da aprendizagem, adicionando valores pessoais a esse processo.

A implementação de uma legislação nacional que regule as escolas bilíngues de Educação Infantil e seu currículo é urgente no Brasil, e possibilitaria a eliminação de escolas que apenas intensificam um segundo idioma. Tais escolas precisariam se adequar ao currículo estabelecido pela legislação, caso contrário, teriam que deixar de se apresentar como escolas

bilíngues. Muitos pais acreditam que seus filhos estudam em escolas bilíngues, pagam mais caro por essas escolas e recebem em troca apenas a intensificação de um segundo idioma, o que não atende às características básicas do bilinguismo, que é a habilitação do aluno na fala, leitura, escrita, interpretação e conhecimento da cultura de um segundo idioma.

A educação bilíngue oferece uma série de benefícios para os alunos e a sociedade em geral. A linguagem desempenha um papel importante no currículo escolar, seja como sujeito ou como meio de ensino e aprendizagem. Na educação bilíngue, cada escola deve apoiar o multilinguismo, promovendo outras línguas e fazendo uso da primeira língua como recurso fundamental de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPEL, R.; MUYSKEN, P. *Language contact and bilingualism*. London; New York [u.a.]: Arnold, 1992.

BAKER, C.; PRYS JONES, S. *Encyclopedia of Bilingualism and Bilingual Education*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

BERCHÉ, M.P. *Adquisición de lenguas extranjeras: perspectivas actuales en Europa*. Madrid: Edelsa, 1998.

CAMBRIDGE INTERNATIONAL EXAMINATIONS – CIE. *Bilingual learners and bilingual education*. 2017. Disponível em <<http://www.cie.org.uk/images/271190-bilingual-learners-and-bilingual-education.pdf>>, acesso em maio, 2017.

CENOZ, J.; PERALES, J. Las variables contextuales y el efecto de la instrucción en la adquisición de segundas lenguas. In: MUÑOZ, C. *Segundas lenguas: adquisición en el aula*. Barcelona: Ariel Lingüística, 2000.

COZENDEY, S.G.; PESSANHA, M.C.R.; COSTA, M.P.R. *Vídeos didáticos bilíngues no ensino de leis de Newton*. Rev. Bras. Ensino Fís., São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1-7, set. 2013.

FERREIRA, E.D. O ensino de língua estrangeira na educação de jovens e adultos de Florianópolis: bilinguismo, pesquisa e intercompreensão. *Rev. Bras. Linguist. Apl. Belo Horizonte*, v. 9, n. 1, p. 201-223, 2009.

HOEXTER, Flavia Queiroz. Educação bilíngue na educação infantil. *Revista Intercâmbio*, v. XXXV: 18-37, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

FREEMAN, R.D. *Bilingual Education and Social Change*. Clevedon: Multilingual Matters LTD, 1998.

GRESELE, A.D.P.; GARCIA, E.M.O.T.; SANTOS, S.N.S.S.; COSTA, M.J. *Bilinguismo e habilidades de processamento auditivo: desempenho de adultos em tarefas dicóticas*. CoDAS, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 506-512, 2013.

HOEXTER, F.Q.; O que pensam os gestores sobre a regulamentação e funcionamento de uma escola de Educação Infantil bilíngue. *ISEVEC*, São Paulo, 2015.

KRASHEN, S. Sheltered subject matter teaching. *Cross Currents*, n.18, p.183-188, 1991.

MARCELINO, M. Bilinguismo no Brasil: Significado e expectativas. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x, 2009.

MARGANA. *Developing Model of Bilingual Education at Vocational High Schools in Yogyakarta*. Research Report of Competitive Grant Funded by DIKTI, 2009.

MAY, S.; HILL, R.; TIAKIWAI, S. *Bilingual/immersion education: Indicators of good practice*. Final Report to the Ministry of Education, New Zealand, 2004.

MEGALE, A. Bilinguismo e Educação Bilíngue – discutindo conceitos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 3, n.5, 2005.

MEHISTO, P. *Excellence in Bilingual Education: A Guide for School Principals*. Cambridge: CUP/Cambridge International Examinations, 2012.

MEJÍA, A. M. *Power, prestige and bilingualism*. United Kingdom: multicultural Matters Limited, 2002.

MENDONCA, P.V.C.F.; FLEITH, D.S. Relação entre criatividade, inteligência e autoconceito em alunos monolíngues e bilíngues. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 9, n. 1, p. 59-70, jun. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS BILÍNGUES DE SÃO PAULO – OEBI. *Diferenças entre as escolas bilíngues e as internacionais*. 2017. Disponível em <<http://m.folha.uol.com.br/empregos/2016/01/1735594-conheca-as-diferencas-entre-as-escolas-bilingues-e-as-internacionais.shtml>>, acesso em maio, 2017.

HOEXTER, Flavia Queiroz. Educação bilíngue na educação infantil. *Revista Intercâmbio*, v. XXXV: 18-37, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

REVISTA EXAME. *Educação bilíngue cresce em todas as regiões do Brasil*. 2017. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/educacao-bilingue-cresce-em-todas-as-regioes-do-brasil-shtml/>>, acesso em maio, 2017.

ROMAINE, S. *Bilingualism* (Second edition). Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd., 1995.

TURUK, M.C.; The relevance and implications of Vygotsky's sociocultural theory in the second language classroom. *ARECLS*, v. 5, p. 244-262, 2008.

WODE, H. Percepción, producción y aprendibilidad de lenguas. In: BERCHE, M.P. *Adquisición de lenguas extranjeras: perspectivas actuales en Europa*. Madrid: Edelsa, 1998.